



CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

**Promotor de Justiça
Substituto**

PROVA ESCRITA 2

Aplicação: 8/2/2004

MANHÃ

CADERNO DE PROVA



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Este caderno contém a Prova Escrita 2 e cinco páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho ou para texto definitivo.
- 7 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 8 Você poderá levar consigo este Caderno de Prova somente após **três horas e trinta minutos** do início da prova.
- 9 Ao terminar a prova, chame o fiscal mais próximo, devolva-lhe todas as folhas de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 10 Será anulado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 11 Sua prova será anulada se for devolvida com as folhas de textos definitivos destacadas ou rasgadas.

AGENDA

- I 9/2/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 10 e 11/2/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva, exclusivamente no horário e no local que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III 12/3/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Tocantins e nos locais mencionados no item I, do resultado final da prova objetiva e dos resultados provisórios das provas escritas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 1 do Edital n.º 2/2003 – MP/TO, de 1.º/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.

PROVA ESCRITA 2 – GRUPOS 3 e 4

- Na prova a seguir — que vale **dez** pontos — faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas **FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Tanto na dissertação quanto nas questões, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizada será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo correspondentes.

ATENÇÃO! Nas **folhas de textos definitivos da prova escrita**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

DISSERTAÇÃO

O prefeito do município de Ourinhos, São Paulo, propôs ação indenizatória de dano por ato ilícito contra o juiz de direito da comarca tendo em vista os termos por ele utilizados, ofensivos à honra do autor, em decisão prolatada em ação popular e em discurso no dia da diplomação dos candidatos eleitos. O juiz extinguiu o feito por ilegitimidade passiva, antes da citação do réu. O autor apelou da sentença, havendo o Tribunal dado provimento ao recurso de apelação, por maioria.

Em face da situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que responda, circunstanciada e fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

- ▶ Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, é o juiz de direito legitimado a ocupar o pólo passivo da demanda? Há responsabilidade civil da autoridade judiciária pelos atos jurisdicionais praticados? Em caso negativo, quem seria legitimado passivamente e qual seria o juízo competente?
- ▶ Como será processada a apelação se o réu ainda não havia sido citado quando a sentença foi prolatada?
- ▶ Provido o recurso, haverá cassação ou reforma da sentença? Quais os efeitos de uma e de outra?
- ▶ Que recurso(s) cabe(m) contra a decisão do tribunal de justiça e quais os seus fundamentos e requisitos?

(Extensão máxima: sessenta linhas – Valor: 4,0 pontos)

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 1

Em processo de investigação de paternidade, o réu recusou-se a submeter-se a exame de DNA, alegando não estar obrigado a produzir prova contra si próprio, pois o ônus da prova cabe ao autor, e, ainda, fundado na defesa de seu direito à intimidade.

A propósito da situação hipotética acima, na condição de promotor de justiça, redija um parecer sucinto, mas fundamentado, a respeito da recusa do réu e de suas conseqüências.

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)

QUESTÃO 2

Proposta ação de busca e apreensão do veículo, dado em alienação fiduciária, ao argumento de que a requerida se encontrava inadimplente a partir de 2/11/2003, quando deixou de pagar as prestações referentes ao contrato de empréstimo/financiamento de bens celebrado entre as partes, a requerida ofertou contestação e juntou aos autos prova de que as prestações foram quitadas antes do ajuizamento da ação de busca e apreensão. Diante dos documentos juntados aos autos, o autor requereu a desistência da ação, que foi de imediato homologada pelo juiz. Inconformada com a decisão, a requerida interpôs apelação, pleiteando a cassação da sentença e o retorno dos autos para julgamento na instância inferior.

Em face da situação hipotética acima, responda, fundamentadamente, aos questionamentos que se seguem.

- ▶ Há interesse recursal na hipótese?
- ▶ Se o tribunal conhecer do recurso, deve dar-lhe provimento? Em caso afirmativo, sob que fundamento?
- ▶ Provido o recurso, deverá o tribunal cassar a sentença e remeter os autos ao juízo *a quo* ou deverá julgar a causa? Nessa hipótese, haveria quebra do princípio da demanda, já que o pedido da apelante foi de cassação da sentença tão-somente?

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)

QUESTÃO 3

Redija um texto de natureza dissertativa que responda, fundamentadamente, aos questionamentos que se seguem.

- ▶ O tratamento dado pelo Código de Defesa do Consumidor à produção probatória é a mesma do Código de Processo Civil?
- ▶ Qual o papel do juiz em relação à matéria e de que forma deve atuar no que respeita à avaliação probatória?
- ▶ Há controvérsia doutrinária e jurisprudencial a respeito?

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	